



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARÁ

**6º TERMO ADITIVO AO PROTOCOLO DE
INTENÇÕES S/N-2014, CELEBRADO ENTRE O
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E O
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.**

Pelo presente Termo Aditivo ao Protocolo de Intenções S/N - 2014, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede na Rua João Diogo nº 100, Bairro da Cidade Velha, CEP: 66015-165, Belém-PA, neste ato representado pelo Exmº. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade e, de outro lado, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, através da Procuradoria da República do Estado do Pará, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 26.989.715/0019-31, com sede na Rua Dom Romualdo de Seixas, nº 1476, Ed. Evolution, Bairro: Umarizal, CEP: 66055-200, Belém-PA, Fones: (91) 3299-0141, 3299-0149 e 3299-0131, e-mail: prpa-gabpc@mpf.mp.br, neste ato representado pelo Exmº. Procurador Chefe, Dr. **ALAN ROGÉRIO MANSUR SILVA**, brasileiro, residente e domiciliado em Belém/PA, têm por justas e acordadas as seguintes cláusulas e condições, objeto do referido Termo Aditivo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quinta do Protocolo de Intenções que trata da **DA VIGÊNCIA**. O mencionado instrumento, tem como **objeto** "estimular a implantação do Projeto 'Ministério Público pela Educação – Projeto Piloto Ampliado' (MPEDUC) em municípios do Estado do Pará, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República".

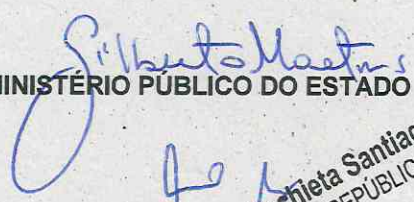
CLÁUSULA SEGUNDA

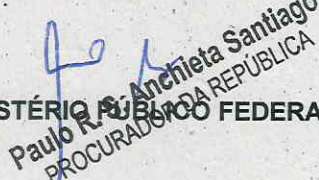
Fica prorrogado o prazo de vigência do mencionado Protocolo de Intenções por mais **12 (doze) meses**, a contar de **07.02.2020**, nos termos do artigo 116, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 18 de DEZEMBRO de 2019.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ


MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADOR DA REPÚBLICA

Testemunhas:

1. Karla Queiroz
RG: 4583264 SSP/PA

2) Marcia Conceição
RG: 3306133 SSP/PA

Procurador de Justiça

MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA
Procuradora de JustiçaMARIA DA CONCEIÇÃO DE MATTOS SOUSA
Procuradora de JustiçaLEILA MARIA MARQUES DE MORAES
Procuradora de JustiçaESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO
Procurador de JustiçaHEZEDEQUIAS MESQUITA DA COSTA
Procurador de JustiçaMARIA CÉLIA FILOCREÃO GONÇALVES
Procuradora de JustiçaMARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO
Procuradora de JustiçaNELSON PEREIRA MEDRADO
Procurador de JustiçaHAMILTON NOGUEIRA SALAME
Procurador de Justiça

Protocolo: 510086

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
PORTARIA Nº 159/2019-MP-3º PJ/MA/PC/HU

O 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, torna pública a Portaria nº 159/2019-MP-3º PJ/MA/PC/HU - BEL que converte o Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, mantendo o nº 000063-113/2018 - MP-3º PJ/MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36- Anexo I-térreo-Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Conversão: 11.12.2019

Objeto: trata do pedido de providências em relação ocupação de espaço público para realização de serviços de empresas de automóveis localizadas na Travessa Domingos Marreiros, nesta cidade.

Requerente: Ruth dos Santos Pacifico

Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

Protocolo: 510189

EXTRATO DA PORTARIA Nº 010/2019-MP-3ª PJDC

Ref. Procedimento Administrativo nº 00100-111/2019

A 3ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DO CONSUMIDOR, JOANA CHAGAS COUTINHO, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo nº 000100-111/2019, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Procedimento Administrativo nº 000100-111/2019-MP-3ªPJ/DC

Assunto: Instaura Procedimento Administrativo para fins de acompanhamento da adequação da Companhia de Saneamento do Estado do Pará às normas que regulam o envase de água.

Protocolo: 510200

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Publicação trimestral conforme art. 15, §2º da Lei nº 8.666/93)

Nº. da Ata de Registro de Preços: 026/2019-MP/PA.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº. 046/2018-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa J & M COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA (03.056.608/0001-26).

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAL PARA CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE TELEFÔNICA E ELÉTRICA.

Data da Assinatura: 21/03/2019.

Vigência: 22/03/2019 a 21/03/2020.

Preços Registrados:

03.056.608/0001-26 - J & M COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES E INFORMA					
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
92		unidade	200	R\$ 12,87	R\$2.574,00
Descrição: Lâmpada de emergência com 30 (trinta) LED, 2W, Bivolt, autonomia de 12 horas, com 06 (seis) meses de garantia. Marca: Elgin / Modelo: 48LEM30L0000					
102		unidade	20	R\$ 118,63	R\$ 2.372,60
Descrição: Refletor LED, com lente de proteção, bivolt, 100 W, 6500K, alcance de 21m. Garantia de 01 (um) ano. Marca: XL-Power / Modelo: RSPM-100W					
108		unidade	100	R\$ 6,98	R\$ 698,00
Descrição: Lâmpada SUPERLED, bivolt, base E-27, 6400K, 4W, com 01 (um) ano de garantia. Marca: Elgin / Modelo: 48BLEDBF49YU					
113		unidade	30	R\$ 78,34	R\$ 2.350,20
Descrição: Lâmpada LED de ALTA POTÊNCIA, 30W, base E-27, 6400K, bivolt, com 01 (um) ano de garantia. Marca: Brilii / Modelo: 436998					

114	unidade	300	R\$ 7,12	R\$ 2.136,00
Descrição: Lâmpada Bulbo LED branca 07 W 6500 K, bivolt, base E-27 com 01 (um) ano de garantia. Marca: Brilii / Modelo: 436912				

Endereço da Contratada: Rua Coronel Peroba, 02 - Térreo - Vila Eutália - São Paulo / SP - CEP: 03518-040. Tel / Fax: (11) 3995-6066 - E-mail: imcomserv@imcomserv.com.br
Ordenador Responsável: CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO.
Foro: Belém.

Protocolo: 416858

PORTARIA N.º 051/2019-MP-3ªPJDIAT/BELÉM-PA

A Dra. Elaine Carvalho Castelo Branco, Promotora de Justiça Titular da 3ª Promotoria de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho de Belém, usando de suas atribuições, e CONSIDERANDOS (constam na versão original)

RESOLVE:

Instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, objetivando garantir o tratamento de saúde digno à pessoa idosa IRENE MENDES PINHEIRO, de 62 anos, que necessita realizar o exame de EXAME de CATETERISMO CARDÍACO, nomeando, para servir como Secretário, o servidor ELIZEU DE PAULA GUIMARAES JUNIOR, que deverá fiel e zelosamente cumprir as suas funções, determinando, desde já, as seguintes diligências:

Autue-se esta Portaria, juntamente com toda a documentação pertinente; Encaminhe-se cópia desta Portaria à Procuradoria-Geral de Justiça, à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Centro de Apoio Operacional da Cidadania;

Afixe-se esta Portaria no local de costume, providenciando-se a remessa de cópia para publicação (artigo 4º, inciso VI, da Resolução n.º 23/2007-CNMP);

Oficie-se a SESP, para providências e informações, encaminhando-se cópia da Portaria;

Após, retornem os autos conclusos a esta Presidência, para ulteriores deliberações.

Belém-PA, 10 de dezembro de 2019.

ELAINE CARVALHO CASTELO BRANCO

3ª Promotora de Justiça de Defesa das Pessoas com Deficiência, Idosos e Acidentes de Trabalho de Belém.

Protocolo: 510374

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Núm. do Termo aditivo: 1.

Núm. do Termo de Colaboração - 001/2018-MP/PA.

Participes: Ministério Público do Estado do Pará e a FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Objeto do Termo de Colaboração: Desenvolvimento do projeto que tem por objeto apoio ao Ministério Público do Estado do Pará na execução do PROJETO: GESTÃO DE CONFLITOS TERRITORIAIS RURAIS que tem por objetivo geral modernizar a gestão fundiária, agrária e ambiental nas 1ª e 2ª Regiões Agrárias do Estado do Pará, que tem sede em Castanhal e Santarém, respectivamente, por meio da expansão do Sistema de Informações Geográficas e Fundiárias - SIGF e da criação e implantação de Câmaras de Tratamento de Conflitos Agrários e Fundiários (CTCAF) nas Promotorias de Justiça com atribuição nas referidas Regiões Agrárias.

Justificativa do Aditamento: Prolongação do prazo de vigência do Termo de Colaboração Original por mais 12 (doze) meses.

Data de Assinatura: 18/12/2019

Vigência do Aditamento: 28/12/2019 a 27/12/2020.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 509968

PORTARIA INQUÉRITO CIVIL 16/2019-MP-5ªPJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, Ana Maria Magalhães de Carvalho, titular, no uso de suas atribuições de defesa do urbanismo e do patrimônio cultural, vem no pleno uso de suas funções constitucionais previstas no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, de acordo com o art. 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/1985, art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993, com base no art. 54, I, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e na Resolução 23/2017 Do Conselho Nacional do Ministério Público resolve instaurar o presente inquérito civil:

INVESTIGADA: DIRECIONAL ENGENHARIA

INTERESSADOS: MORADORES DAS UNIDADES HABITACIONAIS LOCALIZADAS NO TÉRREO DO RESIDENCIAL VIVER MELHOR MARITUBA; 5 PJ DE MARITUBA.

OBJETO DA APURAÇÃO: apurar a causa do transbordamento da fossa e alagamento das unidades habitacionais localizadas no térreo do Residencial Viver Melhor Marituba, situado na Br 316, s/n, Bairro Decouville, Marituba-PA.

Marituba, 06 de dezembro de 2019.

Ana Maria Magalhães de Carvalho

5ª Promotora de Justiça de Marituba, titular

Protocolo: 510348

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Núm. do Termo aditivo: 6.

Núm. do Protocolo de Intenções - S/N-2014.

Participes: Ministério Público do Estado do Pará e o Ministério Público Federal.

Objeto do Protocolo de Intenções: Estimular a implantação do Projeto "Ministério Público pela Educação – Projeto Piloto Ampliado" (MPEDUC) em municípios do Estado do Pará, mediante a atuação conjunta entre Promotores de Justiça e Procuradores da República".

Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência do Protocolo de Intenções Original por mais 12 (doze) meses.

Data de Assinatura: 18/12/2019

Vigência do Aditamento: 07/02/2020 a 06/02/2021.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 509974

Extrato da Portaria nº 07/2019 – MP/PJMA-1º Cargo

O 1º Promotor de Justiça de Monte Alegre, com fundamento no art. 54, VI e §3º da Lei Complementar nº 057/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAMP Nº 001074-157/2019 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Monte Alegre, situada na rua Rui Barbosa, nº 587, Cidade Alta, Monte Alegre-PA, CEP 68.220-000-Monte Alegre-Pará-Fone (93) 3533-2977.

Portaria nº 07/2019-MP/PJMA-1º Cargo

Polo Ativo: 1ª Promotoria de Justiça de Monte Alegre

Polo Passivo: Josivaldo Lima dos Santos

ASSUNTO: possível crime ambiental, qual seja, o Corte (supressão) de Árvores da Espécie Seringueira (hevea spp) em área de APP, cometido, em tese, pelo Sr. Josivaldo Lima dos Santos, na rodovia PA 255, comunidade Passagem, zona rural desta comarca

FRANCISCA PAULA MORAIS DA GAMA – Promotora de Justiça

Protocolo: 510204

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA ACÓRDÃO Nº 015/2019 – CPJ

RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO Nº 068/2018- CPJ (PROTOCOLO Nº 57951/2018)

RECORRENTE: ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SEÇÃO PARÁ

ADVOGADO: ALBERTO ANTONIO ALBUQUERQUE CAÇOS, OAB/PA Nº 5541 E OUTROS

RECORRIDA: CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

INTERESSADO: PROMOTOR DE JUSTIÇA JOSIEL GOMES DA SILVA

RELATOR: PROCURADOR DE JUSTIÇA MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NAVES

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE ARQUIVOU O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PRELIMINAR (PDP) Nº 052/2018-CGMP/PA. NÃO RESTOU CONFIGURADO ABUSO DE AUTORIDADE OU CERCEAMENTO À INVOLABILIDADE AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ADVOGADO PELO PROMOTOR DE JUSTIÇA INTERESSADO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

DECISÃO: ACORDAM OS MEMBROS DO EGRÉGIO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, POR UNANIMIDADE, PELO CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO DO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. REGISTRADO O IMPEDIMENTO DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA RAIMUNDO DE MENDONÇA RIBEIRO ALVES, GERALDO DE MENDONÇA ROCHA E JORGE DE MENDONÇA ROCHA. REGISTRADA A ABSTENÇÃO DO PROCURADOR DE JUSTIÇA MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR.

BELÉM (PA), 09 DE DEZEMBRO DE 2019

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, em exercício

Protocolo: 510089

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº 158/2019-MP-3º PJ/MA/PC/HU

O 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, torna pública a Portaria nº 158/2019-MP-3º PJ/MA/PC/HU - BEL que converte o Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, mantendo o nº 001204-125/2018 - MP-3º PJ MA/PC/HU, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, sito na Rua Ângelo Custódio, nº 36- Anexo I-térreo-Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Data da Conversão: 11.12.2019

Objeto: trata do pedido de providências em relação à obstrução de espaço público por trailer no Conjunto Promorar, Bairro Val-de-Cães, nesta cidade.

Requerente: Raimundo Barboza de Oliveira

Promotor de Justiça: Raimundo de Jesus Coelho de Moraes

Protocolo: 510188

PORTARIA Nº 7.476/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 247/2019-CPJPSIV, datado de 8/10/2019, protocolizado sob o nº 44594/2019, em 8/10/2019; e

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/07/2014, publicada no D.O.E em 23/07/2014, republicada em 29/07/2014;

R E S O L V E:

DESIGNAR as Promotoras de Justiça MARIA CLAUDIA VITORINO GADELHA e FRANCYS LUCY GALHARDO DO VALE, para, sem prejuízo de suas atribuições,

exercerem respectivamente, as funções de Coordenador e Vice-Coordenador, da Região Administrativa 12- Região Sudeste IV, no período de 7/1 a 31/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 9 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.510/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o parágrafo único do art. 6º da Lei nº. 8.809, de 27 de dezembro de 2018, Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2019, que estabelece que as aberturas de créditos suplementares das dotações orçamentárias dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos demais órgãos Constitucionais Independentes, referidas neste artigo, serão autorizadas por ato próprio dos seus respectivos representantes,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta reais), para atender a programação do Orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará, na forma abaixo discriminada:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.28.846.0000.9024	339092	0101	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à viabilização da suplementação mencionada no art.1º da presente Portaria ocorrerão por conta da anulação parcial das dotações consignadas no orçamento vigente do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 3º - Consideram-se recursos para o atendimento do disposto no artigo anterior da presente Portaria, desde que não comprometidos, o estabelecido no inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal Nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme discriminação a seguir:

PROG. DE	NATUR.	FT	VALOR
TRABALHO	DA DESP.		SOLICIT.
12101.03.122.1434.8332	339039	0101	50.000,00
TOTAL DO CANCELAMENTO			50.000,00

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 10 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.512/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 47009/2019-MP/CPMII, datado de 31/10/2019, protocolizado sob o nº 47009/2019, em 31/10/2019;

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 006/2014-MP/CPJ, de 16/07/2014, publicada no D.O.E em 23/07/2014, republicada em 29/07/2014;

R E S O L V E:

DESIGNAR o Promotor de Justiça DAVID TERCEIRO NUNES PINHEIRO para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa 08 – Região do Marajó II, no período de 7/1 a 31/12/2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 10 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.539/2019-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais, e tendo em vista os termos do expediente protocolizado sob o nº 45719/2019, datado de 18/10/2019,

CONSIDERANDO os termos da Resolução nº 002/2016-MP/CPJ, de 7/4/2016, publicada no D.O.E em 25/4/2016;

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pela Coordenação das Promotorias de Justiça de Marituba, durante o afastamento da titular, a Promotora de Justiça, ANA MARIA MAGALHÃES DE CARVALHO, no período de 5/10 a 31/12/2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA,

Belém, 11 de dezembro de 2019.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 7.553/2019-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 114/2018-MP/PGJ, de 12 de janeiro de 2018, e considerando os termos do Ofício nº 350/2019/OUVIDORIA-MPPA, datado de 2/12/2019, protocolizado sob o nº 50408/2019, em 2/12/2019,